

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4366/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Brasilândia, Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas no período de 29.8 a 2.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4367/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Antonio Carlos Garcia de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 3 a 17.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4368/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 51ª Zona Eleitoral no período de 29.8 a 17.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4369/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da 3ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas, conforme segue.

MEMBRO	DIA
Jean Carlos Piloneto	31.8.2022
Luciano Anechini Lara Leite	1º.9.2022
Janeli Basso	2.9.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4370/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da Vara da Justiça Militar Estadual, conforme segue:

MEMBRO	DIA
Fernando Jorge Manvailer Esgaib	6.9.2022
Paula da Silva Volpe	13.9.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4371/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Miranda, Talita Zoccolaro Papa Muritiba, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca nos dias 1º e 2.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4372/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Chapadão do Sul, Matheus Macedo Cartapatti, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0000797-07.2021.8.12.0009, em trâmite na 1ª Vara da comarca de Costa Rica.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4373/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco 5 (cinco) dias de férias remanescentes no período de 19 a 23.9.2022, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4374/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, no dia 21.9.2022, as férias remanescentes da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo concedidas por meio da Portaria nº e-922/2022-PGJ, de 28.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4375/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3788/2022-PGJ, de 28.7.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de agosto de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
31.8 (19h01min) a 8.9.2022 (11h59min)	7ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98221-2345

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
31.8 (19h01min) a 8.9.2022 (11h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99965-4987

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4376/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as Promotorias de Justiça das comarcas de Sonora e Pedro Gomes no dia 26.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4377/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 26ª Zona Eleitoral no dia 26.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4378/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 1º.9.2022, a Portaria nº 3762/2022-PGJ, de 26.7.2022, que designou a 45ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Érica Rocha Espindola, para responder pela 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4379/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 1º.9.2022, a Portaria nº 1739/2021-PGJ, de 20.5.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4380/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 72ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo da Cidadania, a partir de 1º.9.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4322/2022-PGJ, DE 25.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Guaraci Mendes da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços à 17ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 25.8.2022, em razão de afastamento da servidora Patrícia Alves Coutinho, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4323/2022-PGJ, DE 25.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Fabiano Alves Davy, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Administração, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Administração nos dias 22.8 e 5 e 12.9.2022, em razão de afastamento da titular, Nádia de Moura Mattos Motta.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4340/2022-PGJ, DE 29.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Karoline Bedatti Higashi, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 21ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 20ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 29.8 a 6.9.2022, em razão de afastamento do servidor Jorge Charbel Berto Nasralla, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1019/2022/PJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Simone Grace Piedade Guimaraes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.2.2023 e de 17 a 26.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 31.10 a 9.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1020/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Sandra Maria Amancio de Lima Mariano, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1021/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-25/2022-PGJ, de 18.1.2022, que concedeu férias à servidora Puelli Mandotti Monteiro de Oliveira, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 21 a 30.11.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 6 a 15.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1022/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-974/2022-PGJ, de 12.8.2022, que concedeu férias ao servidor Paulo Matias Guimaraes, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 9 a 18.1.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.11.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1023/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Tais Conrad Beluzi, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 24.10 a 2.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-1024/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Luis Henrique da Silva Marques, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 30.1 a 8.2.2023 e de 31.7 a 9.8.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1025/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Sandra de Campos, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.10.2022 e de 21 a 30.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1026/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Denise Pereira de Lima, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 24.10 a 2.11.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1027/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Rosinei Escobar Xavier, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 27.2 a 8.3.2023 e de 1º a 10.8.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-1028/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luciana Agüero Rivas Cavassa, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 27.3 a 5.4.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1029/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Ana Carolina da Costa Lima Vasques, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2022 e de 10 a 19.4.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 31.10 a 9.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1030/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Evelynne Dos Santos Melo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.11.2022 e de 23.2 a 4.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 21 a 30.10.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1031/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Marcos Antonio Nascimento de Azevedo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1032/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Afonso Luiz Taveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 16.11 a 5.12.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1033/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Kerman Mendes Pereira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 17.10 a 15.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1034/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-157/2022-PGJ, de 17.2.2022, que concedeu férias à servidora Raphaela Gonsales Gomes Gheno, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 22 a 31.8.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 20 a 29.3.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1035/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Andressa Miranda Auto Vale, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.10.2022, de 1º a 10.2.2023 e de 12 a 21.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1036/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Anderson Brandao Batistoti, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.12.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1037/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jose Pereira de Viveiros Filho, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1038/2022/PGJ, DE 31.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Sonia Tenuta, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2023 e de 3 a 12.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo nº 09.2022.00006649-7

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: SARAIVA EDUCAÇÃO S/A.

Valor: R\$ 22.140,00 (vinte e dois mil cento e quarenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000486, de 30.08.2022, do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Objeto: Disponibilização de acessos à plataforma “Biblioteca Digital Saraiva”, para membros e servidores deste Ministério Público Estadual.

Justificativa: A empresa Saraiva Educação S/A. é fornecedora exclusiva da “Biblioteca Digital Saraiva”, conforme Certidão da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Regional de São Paulo, e, nesse passo, fica demonstrada a singularidade dos serviços oferecidos, bem como a qualificação da ofertante para prestá-los, e nesse diapasão, prescinde-se de um procedimento licitatório.

Ratifica: **Humberto de Matos Brittes**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande/MS, 30 de agosto de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00005853-1

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA**, representado por **Eduardo Cordeiro de Almeida e Silva**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços SRP nº 001/2022, do Pregão Eletrônico nº 003/2022/SEAF-MT, Processo n.º 173279/2021, oriundo da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SEAF/MT.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, cominada com a Lei nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Aquisição de veículos de categoria “picape pesada”, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 1.602.000,00 (um milhão seiscentos e dois mil reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE003564 e 2022NE003569, datadas de 04.08.2022.

Vigência: 31.08.2022 a 31.08.2023.

Data de assinatura: 31 de agosto de 2022.

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/PGJ/2017**

Processo: PGJ/10/1262/2017

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- ABADIO JOSÉ FERREIRA JUNIOR, LUANA DE SOUZA FERREIRA LUZ e LUCAS NUNES LUZ**, representados por **FRANCISLEY PANTALEÃO**.

Procedimento licitatório: Dispensada, de acordo com o artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigos 3º e 51 da Lei nº 8.425/1991 e nos artigos 62, § 3º, inciso I e 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses e reajustar o valor mensal do aluguel pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 1.841,03 (um mil oitocentos e quarenta e um reais e três centavos).

Vigência: 15.09.2022 a 15.09.2023.

Data de assinatura: 29 de agosto de 2022.



## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CORUMBÁ

#### EDITAL Nº 0001/2022/01PJ/CBA

##### Edital de Ciência de Eliminação de Documentos

A Excelentíssima Dra. Viviane Zuffo Vargas Amaro, Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes da Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2022, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Corumbá/MS, 30/08/2022.

VIVIANE ZUFFO VARGAS AMARO,  
Promotora de Justiça.  
1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS

##### Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2022

PROVENIÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS	PROCEDÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS		
Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS	Órgão / Setor : 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe nº 000/Subclasse nº 060 – Documentos expedidos (ofícios) e documentos externos (ofícios) recebidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2010	2015
Classe nº 000/Subclasse nº 060 – Documentos expedidos (notificações)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2015
Classe nº 000/Subclasse nº 060 – Documentos referentes ao controle de entrada de processos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2012	2013
Classe nº 000/Subclasse nº 060 – Documentos referentes ao controle de entrada e saída de processos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2018	2018
Classe nº 200/Subclasse – Petições iniciais	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2012	2014
Classe nº 200/Subclasse – Comunicações de flagrante	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2014
Classe nº 200/Subclasse – Atendimento ao público	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2012	2014
Classe nº 200/Subclasse – Manifestações diversas em processos judiciais	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2012	2013
Classe nº 200/Subclasse – Manifestações em processos judiciais eleitorais	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2013



Classe nº 200/Subclasse – Manifestações em processos judiciais eleitorais	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2018	2018
Classe nº 200/Subclasse – Cartas precatórias	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2012	2012
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> <b>Priscilla Nóbrega Coelho – Técnica II (matrícula 801149-4)</b> 30/08/2022			

Corumbá/MS, 30/08/2022.

VIVIANE ZUFFO VARGAS AMARO,  
Promotora de Justiça.  
1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS

### EDITAL N.º 0015/2022/07PJ/CBA

Autos do Procedimento Administrativo n.º 09.2022.00008651-6

A 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n.º 09.2022.00008651-6, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.633, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar a elaboração e publicação de protocolo e fluxograma de atendimento para a Casa de Acolhimento Ana Maria de Oliveira Nunes, localizada no Município de Ladário/MS.

Corumbá/MS, 30 de agosto de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça, em Substituição Legal

### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

#### AQUIDAUANA

### EDITAL N.º 001/2022

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), nos autos do Procedimento Preparatório n.º 06.2022.00000610-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes, n.º 544, Vila Cidade Nova, Aquidauana/MS.

Procedimento Preparatório n.º 06.2022.00000610-0

Área de Atuação: Idoso

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Município de Aquidauana (pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.452.299/0001-03, com sede na Rua Luiz da Costa Gomes, n.º 711, Vila Cidade Nova, Aquidauana/MS)

Objeto: 1. Realizar repasse mensal ao Asilo São Francisco de Aquidauana, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado a custear despesas de qualquer natureza; 2. Promover a reforma total do imóvel onde hoje funciona o Asilo São Francisco.

Data da celebração: 26 de agosto de 2022.

Aquidauana/MS, 31 de agosto de 2022.

JOSÉ MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE  
Promotor de Justiça



**BANDEIRANTES****EDITAL N. 0010/2022/PJ/BND**

Inquérito Civil n. 06.2022.00000722-0

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000722-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Tomás Junqueira de Camargo e outros

Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental do imóvel denominado Fazenda Rapadura – Gleba A e B", CARMS n. 5578, conforme apontamentos existentes no Relatório de Vistoria Técnica n. 041/DAEX/CORTEC-MA/2021.

Bandeirantes, 31/08/2022

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

**BRASILÂNDIA****EDITAL N. 0023/2022/PJ/BR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2022.00007996-0

Requerente: Ana Paula Rodrigues

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no fornecimento de transportes escolar à Lorenzo Rodrigues Teixeira, filho de Ana Paula Rodrigues.

Brasilândia/MS, 30 de agosto de 2022.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0024/2022/PJ/BR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2022.00007998-1

Requerente: NUIPIR

Requeridos: A Apurar

Assunto: Acompanhar as providências adotadas pelo Município de Brasilândia na adesão ao SINAPIR.

Brasilândia/MS, 30 de agosto de 2022.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça





---

**NAVIRAÍ**

---

**EDITAL N° 0012/2022/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro ou pelo link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000924-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar responsabilidades acerca do insuficiente número de vagas disponibilizadas pelo Município de Naviraí para atender a demanda de idosos por medida de proteção de acolhimento em ILPI.

Naviraí, 30 de agosto de 2022

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça